

THOMPSON E GRAMSCI: HISTÓRIA, POLÍTICA E PROCESSOS DE FORMAÇÃO

CARLOS EDUARDO VIEIRA*

MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA**

RESUMO: Pretende-se apresentar e explorar as conexões entre as ideias de dois destacados pensadores sociais do século XX, o italiano Antonio Gramsci e o inglês Edward Thompson. O intuito é refletir sobre a centralidade conferida pelas obras desses intelectuais à política, à cultura e à formação humana. Considerando que uma das fontes do pensamento historiográfico de Thompson é a obra de Gramsci, pretendemos dimensionar os pontos de contato entre as duas obras com o fim de pensar nas possibilidades heurísticas que este diálogo poderá ensejar no campo educacional. Concluímos demonstrando que as reflexões de Thompson e de Gramsci convergem em três aspectos principais: a ênfase na história das classes subalternas, a opção pela abordagem historicista do conhecimento e a problematização das concepções de cultura e de formação.

Palavras-chave: Historicismo. Formação humana. Gramsci. Thompson.

THOMPSON AND GRAMSCI: HISTORY, POLITICS AND EDUCATIONAL PROCESSES

ABSTRACT: This paper investigates the connections between the ideas of two prominent twentieth century's social thinkers, the Italian Antonio Gramsci and the English Edward Thompson. It sets a discussion on the importance these intellectuals granted to politics, culture and human education to highlight similar aspects in

* Doutor em História e Filosofia da Educação e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail:* cevieira9@gmail.com

** Doutor em História e Filosofia da Educação e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. *E-mail:* marcustaborda@uol.com.br

both works – yet considering that one of the main sources of Thompson's historiographic thought is Gramsci's work. It then reflects on the heuristic possibilities this dialogue may bring to the field of education. It concludes that Gramsci and Thompson's reflections converge on three main aspects: the emphasis on working class history, the option for a historical approach of knowledge and the discussion on the conceptions of culture and education.

Key words: Historicism. Education. Gramsci. Thompson.

Introdução

O bjetiva-se neste artigo apresentar e explorar as contribuições e, sobretudo, as conexões entre as ideias de dois destacados pensadores sociais do século XX: o italiano Antonio Gramsci (1891-1937) e o inglês Edward Thompson (1924-1993). Evidenciaremos, em particular, a relação entre a opção metodológica desses pensadores pela análise histórica da sociedade e as suas ideias sobre o processo de formação humana. Visamos demonstrar que a arquitetura das categorias gramsciana e thompsoniana tem em comum a possibilidade de interpretar os fenômenos sociais e, por extensão, os educacionais a partir de uma relação biunívoca entre o poder estruturante das estruturas sociais e as dimensões criativas e subversivas dos indivíduos e dos grupos sociais nos seus contextos históricos e sociais singulares. Tal maneira de interpretar o fenômeno social opõe-se às leituras deterministas que sobrepõem a natureza à História, a sociedade ao indivíduo, a economia à política ou o sistema educacional às práticas educativas. Acreditamos que a atualidade de Thompson e de Gramsci reside fundamentalmente nessa possibilidade de entender a cultura e os processos formativos como sínteses sociais, ou melhor, como resultado de lutas, negociações e acomodações operadas pelos sujeitos historicamente situados em contextos que envolvem determinações econômicas e sociais, bem como resistência, ressignificação e criação cultural e política.

No Brasil das décadas de 1980 e de 1990, observamos um forte impacto do pensamento gramsciano no âmbito do campo educacional, ainda que no processo de recepção das suas ideias o seu método historicista não tenha sido enfatizado. A recepção de Thompson assumiu outros contornos, pois, apesar do reconhecimento desse autor nas Ciências Sociais no Brasil, a sua exploração tem sido tímida no campo

educacional. Sendo assim, temos a pretensão de explorar a articulação das concepções desses pensadores e, sobretudo, evidenciar a fertilidade dessas ideias. Não esperamos produzir um estudo exaustivo sobre o tema, mas sim apontar possibilidades para a pesquisa educacional. No horizonte metodológico desse estudo combinaremos as perspectivas histórica e analítica, uma vez que procuraremos indicar os contextos de produção dessas ideias bem como a arquitetura lógica e o potencial heurístico das categorias gramsciana e thompsoniana.

A distância temporal que separa Gramsci de Thompson impediu, evidentemente, a interlocução direta do intelectual italiano com as ideias do historiador inglês. Não obstante, é possível percebermos aproximações mediadas pelo contexto intelectual da tradição marxista a que ambos se filiaram e, também, pelas peculiaridades das suas concepções do marxismo que inseriram de forma incisiva as questões da História e do seu método nos debates em torno da interpretação e da intervenção sobre o mundo social. No outro polo do diálogo encontramos Thompson, o qual, reconhecidamente, adotou os textos de Gramsci como fontes privilegiadas do seu pensamento. O debate em torno de Gramsci não representou no cenário intelectual da esquerda britânica apenas uma opção teórica thompsoniana, pois os escritos gramscianos motivaram uma grande polêmica no âmbito do grupo de intelectuais associado ao periódico *New Left Review*.¹ Sendo assim, podemos afirmar que, na segunda metade do século XX, parte significativa dos intelectuais da chamada nova esquerda britânica empenhou-se na análise das contribuições de Gramsci para a teoria política. Esse diálogo levou a grandes debates, como aquele travado entre Thompson e Perry Anderson em torno do conceito de hegemonia gramsciano e das possibilidades políticas da classe operária inglesa.

A partir de léxicos, objetivos e contextos de produção distintos, tanto Thompson quanto Gramsci enfatizaram o protagonismo do sujeito na História, de maneira que suas obras representaram uma reação aos determinismos teóricos que minimizavam nas suas explicações do mundo social o lugar do sujeito e da política em favor da força estruturante da dimensão econômica. A crítica dessa visão determinista – que impactou fortemente a teoria social e, por extensão, o próprio marxismo ao longo do século XX – levou Gramsci a intensas polêmicas com Plenkanov, Bukharin e Bordiga, ao passo que Thompson se engajou na crítica da expressão mais atualizada dessa

concepção presente no pensamento de Althusser. Logo, soma-se ao contexto intelectual da tradição marxista e à opção preferencial pela pesquisa histórica a reação comum de Gramsci e de Thompson contra as vertentes teóricas que, no interior ou no exterior do pensamento marxista, empenharam-se em análises abstratas e a-históricas do mundo social. O conceito gramsciano de hegemonia tal como a noção de experiência de Thompson são exemplos, entre outros, desse encontro de horizontes teóricos que não desconsidera o plano estrutural na análise da sociedade, mas o concebe a partir da relação de mútua determinação entre política e economia, História e natureza, indivíduo e sociedade. Relação que, segundo esses autores, deve ser estudada historicamente, pois as formas de relacionamento estabelecidas entre sujeito e estrutura social são produzidas em função de contextos e de experiências singulares.

Acreditamos e procuraremos demonstrar ao longo deste artigo que esse tipo de preocupação metodológica presente nas visões de Gramsci e de Thompson combina a teoria social e a perquirição histórica, ao passo que o quadro categorial da teoria é permanentemente ressignificado a partir das evidências coletadas pelo processo da pesquisa empírica. Esse é, em síntese, o potencial heurístico do método desses pensadores que pretendemos discutir, de modo que possamos pensar, por exemplo, em estudos da cultura escolar e da sua história – considerando seus rituais, seus impressos, suas práticas e formas de pensar – que não redundem em uma análise dos sujeitos e de suas práticas desarticulada das dimensões estruturais do mundo social. Da mesma forma, que evite a reação pendular de inscrever sujeitos e práticas em modelos de comportamentos sociais previamente dados pelas teorias que visam entender as lógicas e, sobretudo, os efeitos estruturantes oriundos dos contextos econômico, social e cultural.

Da crítica das teorias sociais deterministas à afirmação do protagonismo do sujeito na História

Nos *Quaderni del carcere*, escritos no cárcere fascista entre os anos de 1929 e 1935, Gramsci desenvolveu o seu projeto de estudos *für ewig* e, entre outros temas tratados nesses escritos, encontramos a crítica às teorias e aos autores que sustentavam a ideia da determinação

em última instância da economia (estrutura) sobre o plano espiritual (superestrutural).² O foco sobre a economia na tentativa de explicar as flutuações do plano espiritual, particularmente da produção das ideologias políticas, fez parte de uma clara oposição à concepção idealista da História de corte hegeliano. Marx, neste sentido, foi um dos principais protagonistas dessa virada materialista no cenário intelectual do século XIX. A obra *A ideologia alemã*, escrita em 1846, pode ser considerada um primeiro momento dessa inflexão intelectual que culminou na decisão de Marx de dedicar prioritariamente as suas energias na elaboração de uma explicação do processo de produção e de reprodução do modo de produção capitalista. No prefácio da *Para a crítica da economia política*, Marx (1982, p. 25) assevera que seus estudos revelam que, na

(...) produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Essa afirmação de Marx foi interpretada por parte da tradição marxista de forma que se denotasse o sentido de sobreposição do plano estrutural (economia) em relação ao superestrutural, que incluía a ideologia, a política, as formas jurídicas e a cultura de uma maneira geral. Essa concepção estava presente nas interpretações do marxismo de Kautsky e Bernstein, expoentes da Segunda Internacional, e seguiu manifesta ao longo do século XX nos escritos de intelectuais e de líderes do movimento socialista internacional. A disputa em torno das interpretações de Marx no primeiro quartel do século XX ensejou um movimento que buscou nuançar e reinterpretar a tese da determinação econômica (economicismo).

O projeto de rever na teoria marxista as relações entre a base econômica e a superestrutura ideológica atravessou o século XX e incluiu inúmeros protagonistas, dentre os quais destacamos Gramsci e Thompson.

Para Gramsci, que considerava o economicismo um desvio da interpretação de Marx, considerar a cultura, a política e as ideologias meros reflexos dos movimentos da estrutura econômica representava um erro teórico que produzia efeitos extremamente negativos no plano político. A crença de que as contradições econômicas do modo de produção capitalista levariam o sistema, naturalmente e inexoravelmente, ao seu declínio favorecia a passividade política do movimento socialista, uma vez que nessa chave de leitura o socialismo era considerado inevitável. Para Gramsci as ideologias não são meras aparências ou reflexos superestruturais, pelo contrário, são realidades objetivas que, na expressão de Marx repetida exaustivamente por Gramsci, tornam-se forças operantes quando ganham a consistência granítica das crenças populares. A partir desse ponto de inflexão na interpretação de Marx, Gramsci desenvolveu sua teoria da relação entre estrutura econômica e superestrutura ideológica, sintetizada no seu conceito de bloco histórico, entendido como complexo de estruturas materiais e superestruturas ideológicas que se condicionam mutuamente.

Também na contracorrente dos determinismos, embora polemizando com outras fontes teóricas, Thompson desenvolveu sua visão da relação entre estrutura e superestrutura a partir da noção de experiência. Para ele não é possível assumir a premissa de uma correspondência automática e direta entre as dinâmicas do crescimento econômico e da vida social e cultural. Entre determinação estrutural e apropriação cultural, economia e política, generalização sociológica e singularidade histórica medeia a experiência dos sujeitos concretos, envolvidos nas suas vidas simples e caóticas, mas plenas de sentidos. Thompson, assim como Gramsci, não nega os condicionamentos estruturais, não obstante, na sua obra *The making of the English working class*, de 1963, ele tenha destacado que, por um lado, a classe operária foi determinada pelas relações de produção às quais os trabalhadores foram involuntariamente submetidos, mas, por outro, a classe fez-se (*making*) como consciência de classe, entendida aqui como a dimensão cultural e histórica da experiência. Ao passo que a primeira é determinada e independente da vontade dos agentes, a segunda é determinante e consciente, pois engendra os sentidos e as práticas sociais daqueles submetidos às relações de produção capitalista. A experiência aparece como dimensão cultural, circunscrita no plano das relações de produção, na qual ações e posições são assumidas e praticadas. Para o historiador inglês,

(...) a questão que temos imediatamente à nossa frente não é dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (Thompson, 1981, p. 16)

Gramsci e Thompson engajaram-se na afirmação do marxismo como uma teoria social que reputa à História lugar privilegiado na interpretação do mundo social. Gramsci sintetizou essa opção ao afirmar que o marxismo é um *historicismo absoluto* (Gramsci, 1977, p. 1.437). O marxismo é um historicismo absoluto na medida em que supõe que não existe nada para além da História. E, se não existe nada para além da História, na História não existe nada para além das práticas humanas e das suas consequências culturais. De forma correlata Thompson sustenta que a experiência, noção fundante da sua explicação do processo de formação da classe operária inglesa, é o princípio organizador da identidade da classe e esta se revela pela convergência de valores e de interesses particulares a partir de uma experiência comum. A identificação desses valores e interesses exige o olhar diacrônico para a cultura, ou seja, somente na análise histórica podemos vislumbrar a presença e, sobretudo, a continuidade de formas de pensar e de agir caracterizadoras de um modo de ser e de viver.

Essa opção pela História – entendida a um só tempo como campo de pesquisa, teoria do conhecimento e visão de mundo – conduz as elaborações desses pensadores, à medida que os conceitos mais abstratos da teoria marxista ganharam densidade histórica nas suas pesquisas. O conceito de classe social, entre outros exemplos caros ao materialismo histórico, está presente nos escritos desses intelectuais, contudo eles enfatizam o *fazer-se* da classe ou, em outros termos, o processo histórico no qual o social e o cultural estão constantemente presentes na produção das formas de ver, sentir e agir das classes operárias inglesa e italiana. Longe de qualquer espécie de nacionalismo, eles buscaram identificar as dimensões locais, nacionais e europeias do movimento operário inglês e italiano, com o fim de revelar suas visões de mundo, suas formas de organização e manifestação política, bem como seus processos próprios de formação. As análises das experiências das classes subalternas não adotaram o modelo teórico, então hegemônico na tradição marxista, de deduzir logicamente a consciência e o comportamento

político dos operários em função da sua participação no processo de produção capitalista. E, procedendo dessa forma, demonstraram como o movimento estrutural da lógica econômica sofreu desvios e ressignificações quando confrontado com as tradições históricas da Itália e da Inglaterra e, particularmente, com a cultura política dos operários desses países.

Tanto Gramsci quanto Thompson mobilizaram-se no sentido de confrontar as visões que, em nome de uma interpretação materialista da sociedade e da História, eclipsaram o papel do sujeito na construção do mundo social. Incluem-se entre essas leituras as variações do marxismo que se combinaram, ao longo do século XX, com o positivismo, o evolucionismo e, nos anos de 1960, com o estruturalismo na pretensão de afirmar a cientificidade do materialismo histórico. Nesse cenário, vislumbramos a preocupação de afirmação da objetividade das interpretações, de tal maneira que percebemos uma tendência crescente de busca por explicações dos fenômenos sociais a partir de invariantes biológicas, sociológicas e, particularmente, econômicas. Invariantes analíticos passíveis de serem expressos em termos de leis gerais e, por extensão, de produzir modelos explicativos logicamente estruturados. O efeito mais evidente dessa tendência teórica foi a minimização do lugar do sujeito na História, uma vez que a consideração do comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais incluiria, nos termos gramscianos, a realidade rebelde capaz de inviabilizar a explicação da dinâmica social em termos de leis de regularidade necessária.

Esse movimento intelectual de reação à redução do lugar da política, da cultura e do sujeito na História envolveu, como afirmamos anteriormente, inúmeros atores, cenários e temporalidades, embora tenha se mantido marginalizado em parte significativa da segunda metade do século XX em função do prestígio da onda estruturalista.³ Os escritos de Gramsci foram publicados na Europa do pós-Segunda Guerra e foram recebidos positivamente, associados à representação do herói que morreu nos cárceres no fascismo. Não obstante, nos anos de 1960 suas ideias já sofriam críticas contundentes e sua concepção foi classificada depreciativamente e genericamente como variação do idealismo, historicismo ou culturalismo. No âmbito do debate italiano, Galvano Della Volpe, expoente do estruturalismo de corte althusseriano, critica duramente Gramsci por vincular o pensamento de Marx ao neoidealismo italiano, particularmente à obra de Benedetto Croce. No cenário francês

e europeu o crítico mais conhecido do historicismo gramsciano foi Althusser, pois, segundo ele, o historicismo reduzia o marxismo à prática política imediata.⁴

O lugar ocupado por Althusser na crítica das interpretações do marxismo que reivindicavam a centralidade da política e do sujeito, e assim reescreviam o papel da História no âmbito da interpretação marxista, levou Thompson a reagir a essa tentativa de delimitar e de circunscrever a interpretação do materialismo histórico nos marcos do modelo estruturalista. Thompson (1981, p. 57), na sua célebre obra *A miséria da teoria*, afirma contra Althusser que “se o próprio Marx teve uma prioridade metodológica suprema, esta foi, precisamente, a de destruir a fabricação de teorias não-históricas”. E, em defesa da História, define o estruturalismo como “um sistema fechado dentro do qual os conceitos circulam interminavelmente, reconhecem-se e interrogam-se mutuamente, e a intensidade de sua repetitiva vida introversiva é erroneamente tomada por uma ciência” (p. 21).

Nestes termos, podemos afirmar que tanto a crítica gramsciana à redução da explicação histórica ao movimento da lógica econômica (economicismo) quanto a oposição de Thompson em relação às ideias de Althusser representam indícios desse contexto que envolveu não somente uma polêmica teórica, mas também divisões no campo político do movimento socialista e comunista. A formulação da teoria do Estado em Gramsci, apoiada no conceito de luta hegemônica, tanto quanto a explicação histórica da formação da classe operária inglesa nos escritos de Thompson foram expressões dessa reação que, sem ceder às interpretações idealistas que delegavam poder absoluto às ideias e às decisões políticas, buscam entender as formações sociais nas suas relações de liberdade e constrangimento, de opções e imposições, de criação e reprodução.

O encontro de horizontes entre Thompson e Gramsci pode ser definido pelo lugar de destaque conferido à História nos escritos desses autores, particularmente no que tange à preocupação de entender como as lógicas subjacentes aos movimentos estruturais se realizaram singularmente em termos históricos e políticos. Em outros termos, como o capitalismo, entendido em termos gramscianos como tendência prevalente na economia, realizara-se nas diferentes formações sociais em permanente tensão com tradições, valores, culturas e interpretações operadas pelos atores políticos. Nessa chave de leitura, o capitalismo

nos séculos XIX e XX avançou na Europa e na América à medida que as tendências econômicas e as novas formas de produzir se transformam em cultura, ou melhor, em um modo de viver, sentir e interpretar a realidade. O industrialismo, tal como Gramsci denominou a cultura do modo de produção fabril, foi constituído em um contexto de tensão permanente entre o poder estruturante das forças econômicas e as condições políticas e históricas particulares presentes nos diferentes países e nas regiões da Europa e da América.

As concepções de Thompson e de Gramsci, na contracorrente do economicismo e do estruturalismo, assumiram a centralidade da política, entendida como ação humana dirigida a fins, e da História, entendida como processo de singularização das experiências sociais. No horizonte desses projetos a cultura e, particularmente, os processos de formação humana, sejam aqueles institucionalizados pela escola e pelos sistemas públicos e privados de ensino, ou aqueles não formalizados presentes nas ambiências familiar, étnica, religiosa ou laboral, ganharam relevo nas suas análises. Nesse quadro teórico comum, os atores sociais foram personalizados nas suas atuações históricas, ganhando assim dimensões ativas na produção e na interpretação do mundo social. A ênfase na política e na ação dos sujeitos não significou um olhar da política a partir de atores tradicionais, tais como o Estado e os grupos políticos e economicamente hegemônicos. Suas concepções, guardadas as suas especificidades, lançaram luz sobre atores que não possuíam história, ou melhor, que não estavam representados pela escrita da história política tradicional focada no Estado e na ação das elites dirigentes. Em síntese, para Gramsci, e assim se revela também para Thompson, a História deve ser concebida estruturalmente, desde que entendamos as chamadas estruturas sociais como espaços de sociabilidade, nos quais os indivíduos e os grupos sociais se movimentam, lutam pelos seus projetos e criam uma dinâmica social e histórica própria e imprevisível.

Do indivíduo em Gramsci à classe social em Thompson: a questão da formação

Estudar historicamente a participação dos sujeitos – considerando as suas experiências comuns e, por extensão, o processo de formação das suas identidades – impõe a compreensão dos lugares e dos processos de formação que, direta ou indiretamente, atuam sobre os

modos de agir e de pensar. Logo, o interesse pela cultura conduziu Gramsci e Thompson para o tema da formação, ou melhor, para a análise dos processos de transmissão da cultura.

Gramsci aborda a discussão da formação retomando uma questão cara à ontologia e à antropologia filosófica. Ele inicia esse debate pela tradicional pergunta: *o que é o homem?* Trata-se evidentemente de um tópico matricial no âmbito do debate filosófico que envolve conceitos marcados pelo subjetivismo das noções de essência, consciência, espírito ou natureza humana. Gramsci não se esquivava da questão, contudo ele buscou uma linha de argumentação original que evitou o roteiro da ontologia tradicional. Para ele o homem só pode ser compreendido nas condições objetivas do seu tempo, diante das necessidades e dos desafios da sua época. Logo, entender o homem pressupõe a percepção da ambiência que atua sobre as ações humanas em determinado período histórico, bem como as expectativas individuais e sociais presentes nos cenários analisados. Assim, não é possível, do ponto de vista gramsciano, definir o homem em si, como entidade metafísica alijada da sua historicidade e sociabilidade. Na sequência do seu raciocínio, Gramsci introduz o tema da formação ao passar da reflexão sobre o que é o homem à indagação sobre o que o homem pode se tornar. Gramsci postula as respostas dessas questões à medida que restringe a abrangência da primeira, pois o problema para ele era saber quem é o homem “hoje, nas condições de hoje, da vida de hoje, e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer” (Gramsci, 1977, p. 1.344). Limitado o alcance da pergunta, a resposta pode ser encontrada em cada homem e em cada momento histórico singular, uma vez que o homem é “um processo, precisamente o processo dos seus atos” (idem, *ibid.*). Gramsci recusa os termos essência e natureza humana para apresentar o seu ponto de vista sobre o homem

(...) como uma série de relações ativas (um processo), no qual a individualidade tem a máxima importância, mas não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. (Idem, *ibid.*, p. 1.345)

A individualidade é o resultado de um processo que envolve um conjunto amplo e complexo de relações que cada homem singular estabelece com a sociedade e com a natureza. Contudo, os homens não se relacionam por justaposição e sim a partir de espaços sociais, de

instituições, da mesma forma que as relações com a natureza não ocorrem pelo fato de o homem ser parte da natureza, mas sim por meio da mediação do trabalho, técnica historicamente desenvolvida para dominar a natureza (idem, *ibid.*). Esse é o cerne da questão da formação em Gramsci: o embate produzido na *societas hominum* para dominar e usufruir a *societas rerum*. A formação da personalidade não é um problema puramente individual, já que a realização da individualidade envolve o conjunto das relações sociais. Logo, não se deve falar de uma natureza ou de uma essência humana, mas sim de uma ambiência social que não deve ser compreendida de forma monolítica. Gramsci fala-nos das várias sociedades nas quais os homens constroem a sua experiência, tais como a família, a vizinhança, a classe, entre outras instâncias formativas; sociedades por intermédio das quais “os indivíduos fazem parte do gênero humano” (idem, *ibid.*, p. 1.346).

Para além do horizonte das relações estabelecidas nas diversas sociedades, Gramsci acrescenta que o homem não é somente a síntese das suas relações, mas “também a história dessas relações” (idem, *ibid.*). Nessa multiplicidade de sociedades – de caráter natural, contratual, voluntário ou involuntário e que envolvem experiências e trajetórias históricas diversas – algumas prevalecem relativamente ou absolutamente, dependendo de cada situação histórica. A ideia de que o homem é produto do seu meio não significava uma novidade no período em que Gramsci escreveu seus textos carcerários, contudo, segundo ele, essa ideia ainda não foi vista em todas as suas implicações. Para ele,

(...) até agora, estes organismos supraindividuais têm recebido uma significação mecanicista e determinista (tanto a *societas hominum* como a *societas rerum*); daí a reação contra esse ponto de vista. É necessário elaborar uma doutrina na qual todas estas relações sejam ativas e dinâmicas, fixando bem claramente que a sede desta atividade é a consciência do homem individual que conhece, quer, admira, cria, na medida em que já conhece, quer, admira, cria, etc.; e do homem concebido não isoladamente, mas repleto de possibilidades oferecidas pelos outros homens e pela sociedade das coisas. (Idem, *ibid.*)

Compreender a formação humana a partir dessa dinâmica correlacional, do indivíduo com a sociedade, supõe considerar a sociedade como uma síntese de várias ambiências, nas quais interesses, práticas, experiências, visões de mundo estão se produzindo de forma permanente e

contraditória. O processo de formação da personalidade, nessas circunstâncias, compõe e recompõe todos esses influxos e estímulos, considerados nas suas contradições intrínsecas e extrínsecas, nas suas ambiguidades e anacronismos.

Thompson defenderá – em sentido análogo, mas em outra escala analítica – que a classe não é um conceito, mas sim um acontecimento que só pode ser entendido na história da sua constituição. Assim como o indivíduo em Gramsci se produz como sujeito nas suas relações com a sociedade, acumulando experiências e produzindo sentidos associados a elas, a classe operária em Thompson é, a um só tempo, sujeito e processo de formação dos trabalhadores. Para ele – em contraste com as representações idealizadas do proletariado, da sua consciência e da sua missão revolucionária – a classe forma-se no seu processo de luta. A classe operária não é um mero efeito produzido pela lógica econômica da distinção entre os detentores dos meios de produção e os que possuem apenas a força de trabalho. A sua constituição, na virada dos séculos XVIII e XIX, deveu-se à tensão entre essas estruturas estruturantes e a cultura daqueles que se tornariam parte das forças produtivas. A classe em Thompson, como já afirmamos anteriormente, não é uma estrutura social engendrada pela lógica econômica, ela é uma relação. Relação ativa e contraditória produzida na *societas hominum* para dominar e usufruir a *societas rerum*.

Na análise da cultura – entendida como espaço social estruturado, no qual ocorrem lutas entre os diferentes projetos que visam à hegemonia política – estaria a chave para o entendimento da ação humana na História, lembrando que para os dois pensadores a cultura implica e está implicada também na economia e na política. A cultura é o terreno da luta entre homens que participam de determinadas relações objetivas de produção e de troca e que ganham a consciência da natureza dessas relações, não no âmbito imediato das relações econômicas, mas sim no plano das formas ideológicas. Thompson (2001, p. 229) advertirá que a relevância da consideração da cultura

(...) se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando (...) para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.

Essa dimensão confere um acento inequivocamente político à história da formação da classe operária, ao passo que a economia moral mobiliza os trabalhadores na defesa das regras da tradição e do costume, influenciando o funcionamento do mercado e das relações no interior da economia capitalista. A classe em Thompson e o indivíduo em Gramsci, guardadas as diferentes escalas analíticas, foram concebidos como conjunto de relações, à proporção que a dinâmica correlacional dos seus processos de formação traz as possibilidades de conformação, assim como de reinvenção. É no jogo dessas possibilidades que emerge a riqueza da política, entendida como forma de intervenção consciente nos rumos sociais.

Considerações finais

As argumentações apresentadas até o momento neste artigo oferecem uma visão, ainda que impressionista, do horizonte historicista assumido por Gramsci e por Thompson a respeito do método da pesquisa social e das suas subsequentes teorizações sobre a relação entre estrutura e superestrutura social. Discutimos também – de forma muito superficial, mas com forte caráter ilustrativo para a discussão sobre o método historicista – a arquitetura lógica de alguns dos seus conceitos, tais como classe, indivíduo, bloco histórico e experiência. No plano temático enfatizamos as questões do sujeito, da política, da cultura e da formação nos projetos intelectuais desses pensadores. Neste sentido, gostaríamos de concluir problematizando mais detidamente a noção de formação, uma vez que esse problema está no cerne da potencialidade desses pensadores para o campo da pesquisa educacional.

Primeiramente, é preciso dizer que a respeito desse problema Thompson e Gramsci atuaram, a um só tempo, como analistas da História e como militantes engajados. Não existiam razões para eles não se posicionarem claramente nos seus textos, pois eles nunca seguiram os moldes ascéticos e pretensiosamente neutros da escrita acadêmica tradicional. Além do que as suas biografias evidenciam que eles foram ativistas políticos em tempo integral, ainda que soubessem diferenciar a dimensão *für ewig*, inerente à produção de conhecimento rigoroso, do momento político que pressupõe a tomada de partido em função das ideologias em disputa. Essa conduta que combinou o cuidado em evitar os anacronismos na análise historiográfica e o posicionamento

político que atualiza o passado para julgá-lo como uma dimensão em disputa no presente atravessa os escritos de Thompson e de Gramsci, contudo a reflexão sobre o problema da formação evidencia de forma mais intensa esse comportamento intelectual. Os problemas da formação, da educação e do acesso à cultura representaram questões estratégicas, tanto para os analistas quanto para os militantes Thompson e Gramsci. Logo, em síntese, seguiremos na análise desta temática nos conduzindo na fronteira tênue entre as análises históricas e as propostas de intervenção desses pensadores.

O programa político dos radicais, jacobinos e socialistas ingleses, no período de 1780 a 1830, estudados por Thompson, bem como o ideário e o comportamento dos socialistas e comunistas, em diferentes momentos da história política italiana, analisados por Gramsci enfatizam o papel da formação propedêutica, profissional e política dos trabalhadores. Entre outras questões que os escritos revelam, destaca-se a posição ambivalente adotada por ambos a respeito do acesso da classe trabalhadora à educação escolar e formal. Gramsci, nos chamados escritos de juventude, afirmou que a cultura permanece “um privilégio. A escola é um privilégio e nós [os socialistas] não queremos que continue assim. Todos os jovens deveriam ser iguais diante da cultura” (1972, p. 59). Nessa direção, tanto Gramsci quanto Thompson foram defensores radicais do *esclarecimento geral* e na senda da tradição da esquerda europeia conceberam o socialismo como momento de culminância do processo civilizatório, no qual o acesso à cultura e à educação se constituiria em direito universal. Não obstante, entre a idealidade da sociedade regulada e a realidade da luta classes, eles problematizaram a relação entre os grupos subalternos e o mundo da escola e da cultura.

Nesse cenário, Gramsci e Thompson posicionaram-se de maneira ambivalente sobre o papel da escolarização, uma vez que, se a escola oferecia, por um lado, melhores condições para o acesso e o domínio dos conteúdos da chamada cultura universal, por outro ela representava também uma possibilidade de expropriação da identidade cultural das classes subalternas. O rico e complexo processo de autoformação das classes subalternas elaborou uma cultura radical, a partir das suas experiências políticas e culturais, que era completamente ignorada pela escola regular na sociedade de classes. A *história dos de baixo* escrita por Thompson mostra-nos como artesãos, domésticos e também camponeses, enfim, trabalhadores usavam o seu tempo livre, às vezes às altas

horas da noite, à luz de velas, no desenvolvimento de uma cultura radical vigorosa. Esse *fazer-se* como classe foi desenvolvido em consórcio com o teatro popular, pasquins e *cartoons*. E esse processo ganhou vida em ruas, tabernas e mercados, onde textos das mais diversas naturezas eram lidos em voz alta para aqueles que não sabiam ler, da mesma forma que peças que retratavam a miséria dos pobres, a opulência dos ricos e o poder arbitrário do Estado e das leis foram encenadas. Impresos baratos e acessíveis sobre diferentes questões circularam nesses espaços públicos e privados criando uma rede de debate e de manifestações (Thompson, 1987, 1998).⁵ Esse saber, oriundo das mais diversas fontes, cumpria um papel fundamental no desenvolvimento da consciência da classe operária nos anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX, uma vez que permitia o acesso dos mais pobres a domínios culturais exclusivos de grupos dominantes. Entre os elementos em desenvolvimento destaca-se o letramento, muitas vezes adquirido de forma autodidata. Afirmava-se assim a possibilidade de uma nova racionalidade e de uma nova sensibilidade que tinha no acesso à cultura o fulcro maior. Destaque-se que a maior parte dos elementos que constituiriam aquela cultura intelectual viria do uso do tempo livre, um tempo que permitia a fruição e a *exploração aberta do mundo*, e de um contato difuso com diferentes tipos de produção cultural.

O processo de formação cultural do mundo do trabalho, considerado apenas na sua dimensão profissionalizante pela escola burguesa, mostrava-se rico e concorria decisivamente para a construção da identidade dos trabalhadores, porém revelava-se também assistemático, ametódico e diletante. Nestes termos, os estudos de Thompson e de Gramsci discutem a emergência do tema da escola formal de caráter propedêutico ou profissionalizante na pauta política dos trabalhadores. O risco da descaracterização da identidade e o bônus do acesso à cultura universal em um espaço organizado e metodizado encerravam uma contradição que levou os autores a defender com veemência a escola, porém evitando a adesão ingênua à tese sobre o caráter democrático e equalizador dela na sociedade de classes.

Gramsci e Thompson defenderam um projeto educativo que confere centralidade à ação formadora do ambiente social em geral, relativizando, mas certamente não excluindo, o papel educativo do sistema escolar formal. No artigo *La vita della scuola*, Gramsci (1978, p. 59) assevera que a experiência escolar, considerando

(...) qualquer escola, mesmo as mais perfeitas cientificamente, não é jamais suficiente para educar e formar o indivíduo (...). A escola acelera a formação, é o sistema Taylor da educação, a partir de um método ensina a estudar, cria uma disciplina intelectual, mas não pode substituir o espírito de iniciativa no campo do saber. A vida em geral, a ação, a experiência individual e coletiva são elementos que completam a escola ou mesmo são complementados por ela.

Thompson e Gramsci elaboraram com acuidade as críticas aos modelos formais de educação e, sobretudo, ao projeto de escolarização na sociedade burguesa destinada às classes trabalhadoras. Sem ilusões, criticaram a tradição seletiva que engendrou determinadas formas de transmissão da cultura, a qual, ao ignorar o saber da gente comum, tornou a escola parte do sistema de produção e de reprodução das desigualdades sociais. Dessa forma, nem apologistas, nem denunciante abstratos das formas sociais de educação, os dois pensadores motivam-nos a inquirir a educação e a sua história em termos eminentemente críticos, tendo como base a realidade das múltiplas formas de manifestação da experiência. Nestes termos, a defesa da noção de elevação intelectual e moral das classes subalternas foi tratada nos escritos desses autores como problema estratégico na luta política, porém entenderam o processo de formação, tanto na valorização das manifestações da gente comum nas ambiências criadas pela sociedade civil organizada quanto na assunção da transmissão metodizada da cultura no interior da escola estatal.

No caso da educação escolar, tanto Gramsci quanto Thompson alertam-nos para o risco de pendermos da rejeição completa das suas possibilidades de contribuição para a formação dos de baixo à apologia do seu papel como instituição capaz de produzir um mundo melhor. As suas reflexões ajudam-nos a compreender o papel que a educação tem cumprido como uma dimensão fundamental da cultura e das formas cada vez mais refinadas de dominação e de controle social. Da mesma forma que suas ideias nos mobilizam a considerar a tensão entre as formas de dominação e de resistência, de maneira que entendamos os espaços de formação como momento de luta, de afirmação de hegemonias políticas e culturais.

Por fim, podemos afirmar que as ligações possíveis entre as teorizações de Thompson e Gramsci estão na amplitude das suas análises sobre o mundo das classes subalternas, das suas culturas e, por

extensão, dos meios de formação produzidos pela experiência rica e complexa da vida. Também convergiram nas suas abordagens historicistas do conhecimento, que tomam a realidade como processo, como constante tensão entre o poder estruturante das forças estruturais e o papel ativo do sujeito na História. Convergiram, ainda, em torno da concepção da cultura como espaço de conflito e de disputa entre os diferentes projetos que visam à hegemonia na sociedade. Essa tese, muitas vezes adjetivada pejorativamente como culturalista, não pretende afirmar a supremacia da luta no plano cultural ou ideológico, em detrimento do plano econômico. Em rigor, objetiva sustentar a noção da cultura como o lugar de síntese, de manifestação de todas as contradições, inclusive a econômica.

Recebido em maio de 2009 e aprovado em fevereiro de 2010.

Notas

1. *A New Left Review* é uma revista política fundada em 1960 no Reino Unido, que se tornou a porta-voz da Nova Esquerda. A revista foi dirigida, a partir de 1962, por Perry Anderson, o qual privilegiou o debate do chamado marxismo ocidental.
2. Gramsci associa o termo *für ewig* a estudos rigorosos, duradouros e desinteressados.
3. Sobre o papel do estruturalismo na história das ideias do século XX, ver, entre outros, Dosse (1994).
4. Sobre a crítica de Althusser ao historicismo, ver Althusser (1977).
5. Na introdução de *Costumes em comum*, seu último livro, que tem como subtítulo *estudos sobre a cultura popular tradicional*, Thompson atesta claramente sua apropriação das teorizações de Gramsci, referindo-se ao seu “homem-massa”, à sua noção de “senso comum” e aos contrastes entre uma “moralidade popular” e a “moralidade oficial” (1998, p. 20). Ainda sobre o impacto dos escritos do pensador sardo sobre a obra de Thompson, como da *Nova Esquerda* inglesa em geral, ver Anderson (1985) e Hobsbawm (1998).

Referências

ANDERSON, P. *Teoria, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 1985.

ALTHUSSER, L. El marxismo no es un historicismo. In: BUEY, F.F. (Org.). *Actualidad del pensamiento político de Gramsci*. Barcelona: Grijalbo, 1977. p. 270-284.

DOSSE, F. *A história do estruturalismo*. Campinas: UNICAMP, 1994.

GRAMSCI, A. *Scritti giovanili (1914-1918)*. Torino: Einaudi, 1972.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1977.

GRAMSCI, A. *La costruzione del Partito Comunista (1923-1926)*. 5. ed. Torino: Einaudi, 1978.

GRAMSCI, A. *Lettere dal carcere*. Palermo: Sellerio, 1996.

HOBBSAWM, E. A história britânica e os Annales: um comentário. In: HOBBSAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 193-200.

MARX, K. *Para crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

THOMPSON, E. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

THOMPSON, E. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, E. Desencanto ou apostasia? In: THOMPSON, E. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 49-101.

THOMPSON, E. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2002.

